



GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 012, DE 15 DE JANEIRO DE 2026

Regulamenta o processo administrativo de credenciamento, nas hipóteses de que trata o Art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal de Luziânia.

O PREFEITO DE LUZIÂNIA, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no Art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 2025021015;

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta o processo administrativo de credenciamento para a contratação de bens e serviços no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º O credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração convoca todos os interessados que atendam aos requisitos de habilitação para se credenciar junto ao órgão ou entidade, visando à futura e eventual prestação de serviços ou fornecimento de bens, quando convocados.

Art. 3º O credenciamento é um procedimento de inexigibilidade de licitação, fundamentado no art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e será utilizado sempre que a competição entre os potenciais contratados for inviável.

CAPÍTULO II DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO

Art. 4º O credenciamento poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Contratação paralela e não excludente: quando for viável e vantajoso para a Administração realizar contratações simultâneas em condições padronizadas, com todos os interessados que



cumprirem os requisitos. **Exemplo:** Credenciamento de laboratórios para a realização de exames clínicos ou de serviços de chaveiro.

II - Contratação com seleção a critério do beneficiário do serviço: quando a contratação se der por meio de escolha direta do usuário do serviço, de modo a ampliar a oferta e a qualidade dos serviços prestados à população. **Exemplo:** Credenciamento de médicos, hospitais ou clínicas para atendimento de beneficiários de um plano de saúde municipal.

III - Contratação em mercados fluidos: quando a flutuação constante do valor da prestação ou das condições de contratação inviabilizar a seleção de um único fornecedor por meio de processo de licitação. **Exemplo:** Credenciamento de serviços de tradução e interpretação de idiomas raros ou de fornecimento de passagens aéreas.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Art. 5º O processo de credenciamento observará as seguintes fases:

I - Fase Preparatória: elaboração de estudo técnico preliminar e termo de referência, com a justificativa da inviabilidade de competição e a definição do valor da contratação, se aplicável.

II - Fase de Divulgação: publicação do edital de chamamento público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município.

III - Fase de Habilitação: recebimento e análise da documentação dos interessados, que permanecerá aberta de forma contínua, permitindo o cadastramento de novos interessados a qualquer tempo.

IV - Fase de Credenciamento: publicação da lista de credenciados e não credenciados, com abertura de prazo para recurso.

V - Fase de Convocação: convocação dos credenciados para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, observadas as regras do edital.

Art. 6º O edital de credenciamento deverá prever, no mínimo:

I - O objeto da contratação, devidamente especificado;

II - Os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica;

III - As condições padronizadas de contratação e a minuta do contrato ou instrumento equivalente;

IV - O valor fixado para a remuneração do serviço ou bem, ou a tabela de preços de referência;

V - As regras para a convocação dos credenciados, que deverão garantir a impessoalidade e a isonomia;

VI - O prazo de vigência do credenciamento e as hipóteses de descredenciamento.



Art. 7º A convocação dos credenciados para a execução do objeto deverá seguir critérios objetivos, impessoais e isonômicos, tais como:

- I - Sorteio, quando a contratação for paralela e não excludente e não houver ordem de preferência;
- II - Escolha direta pelo usuário do serviço, na hipótese do inciso II do art. 4º;
- III - Divisão equitativa da demanda entre todos os credenciados, quando possível;
- IV - Adoção de sistema de rodízio.

CAPÍTULO IV DO DESCREDENCIAMENTO

Art. 8º O descredenciamento poderá ocorrer:

- I - A pedido do credenciado;
- II - Por descumprimento das obrigações previstas no edital ou no contrato;
- III - Pela perda das condições de habilitação;
- IV - Por sanção administrativa que impeça a contratação com a Administração Pública.

Parágrafo único. O descredenciamento será precedido de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Os processos de credenciamento em andamento, autuados sob a égide da Lei nº 8.666/1993, serão por ela regidos até o seu encerramento.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, data da assinatura eletrônica.

DIEGO VAZ SORGATTO
PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA

Praça Nirson Carneiro Lobo nº 34, Centro CEP 72.800-060
(61) 3906-3080 / 3906-3091 CNPJ/MF 01.169.416/0001-09 - SITE: www.luziania.go.gov.br